

designação do curso e respetiva área de especialização, no caso de ela existir, número total de ECTS, classificação final e qualificação.

2) Cartas de curso — identificação do Reitor da Universidade Nova de Lisboa, identificação do titular do grau, n.º do documento de identificação do titular do grau, unidade orgânica, grau, data de conclusão do curso, designação do curso, área de especialização, no caso de ela existir, classificação final e qualificação.

Artigo 18.º

Prazos de emissão do diploma, da carta de curso e do suplemento ao diploma

1) A emissão do diploma e do suplemento ao diploma será feita no prazo de 30 dias após a sua requisição.

2) A emissão da carta de curso será efetuada no prazo de 90 dias após requisição que poderá ser feita a partir do prazo de uma semana após a conclusão do mestrado.

Artigo 19.º

Processo de acompanhamento pelos órgãos pedagógico e científico

O processo de acompanhamento do mestrado em Ensino de Educação Musical no Ensino Básico é da responsabilidade do Conselho Científico e do Conselho Pedagógico da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, conforme disposto nos artigos 18.º e 20.º dos Estatutos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, disponibilizados no seu sítio *Web* em www.fcsh.unl.pt.

Artigo 20.º

Numerus clausus

1) A matrícula e inscrição no curso de mestrado em Ensino de Educação Musical no Ensino Básico estão sujeitas a limitações quantitativas, a fixar anualmente por despacho do Reitor da Universidade Nova de Lisboa, sob proposta do Diretor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

2) O despacho a que se refere o n.º 1 deverá ser publicado no *Diário da República*, 2.ª série, antes do início do prazo de candidatura.

Artigo 21.º

Calendário escolar

O calendário escolar é aprovado pelo Diretor, ouvido o Conselho Pedagógico e disponibilizado no sítio *Web* da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas em www.fcsh.unl.pt.

Artigo 22.º

Propinas

O montante das propinas e respetivo regime de pagamento será fixado, anualmente, pelo Conselho Geral da Universidade Nova de Lisboa, nos termos do artigo 6.º dos Estatutos da Universidade Nova de Lisboa.

Artigo 23.º

Financiamento

O mestrado em Ensino de Educação Musical no Ensino Básico é financiado através das respetivas propinas e de outras verbas que lhe forem alocadas pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas provenientes do Orçamento de Estado. Constituem ainda receitas de mestrado os valores arrecadados provenientes de participações ou donativos de instituições públicas e privadas destinadas ao seu financiamento.

Artigo 24.º

Disposições transitórias

Os alunos anteriormente inscritos transitam para o plano de estudos presentemente publicado de acordo com o disposto no plano de transição aprovado por Despacho do Diretor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

Artigo 25.º

Casos omissos

Os casos omissos no presente Regulamento serão resolvidos pelo Conselho Científico da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Artigo 26.º

Entrada em vigor

O atual plano de estudos entra em vigor no ano letivo 2012-2013 e revoga o plano de estudos do ciclo de estudos de mestrado em Ensino

de Educação Musical no Ensino Básico, publicado pelo regulamento n.º 184/2010, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 46, de 8 de março.

206337898

Despacho n.º 11621/2012

A Universidade Nova de Lisboa (UNL), através da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH), ao abrigo dos artigos 2.º e 10.º dos Estatutos da UNL, em cumprimento do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de junho, confere o grau de mestre em Ciências da Informação e da Documentação, devidamente registado pela Direção-Geral do Ensino Superior sob o n.º R/B-Cr 343/2007.

Nos termos dos estatutos da FCSH-UNL, e ainda ao abrigo do despacho (extrato) n.º 854/2010, de 13 de janeiro, do reitor da UNL, republica-se na íntegra o Regulamento do Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação incluindo a alteração introduzida às normas regulamentares, comunicada em 27 de julho de 2012 à Direção-Geral do Ensino Superior.

22 de agosto de 2012. — O Diretor, *Doutor João de Deus Santos Sâagua*.

Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação

Normas regulamentares

(registado na DGES sob o número: R/B-Cr 343/2007)

Artigo 1.º

Criação

A Universidade Nova de Lisboa, através da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, confere o grau de mestre em Ciências da Informação e da Documentação.

Artigo 2.º

Objetivos do curso

O mestrado em Ciências da Informação e da Documentação tem como objetivo a aquisição pelos alunos dos seguintes conhecimentos e competências comuns:

- 1) Compreender o lugar dos sistemas de informação e documentação no contexto político, legislativo, social, económico, tecnológico e cultural da Sociedade da Informação e contribuir para o reconhecimento social das Ciências da Informação e da Documentação;
- 2) Disponibilizar e garantir os recursos de informação e documentação através do fornecimento de produtos e serviços adaptados às necessidades dos utilizadores, usando, sempre que possível, tecnologias de informação e comunicação adequadas e inovadoras.
- 3) Contribuir para o desenvolvimento teórico das Ciências da Informação e da Documentação;
- 4) Ser capaz de se manter permanentemente atualizado no domínio científico das Ciências da Informação e da Documentação e das suas aplicações.

A. A área de especialização em Biblioteconomia tem como objetivo a aquisição pelos alunos dos seguintes conhecimentos e competências:

- 1) Planear, estruturar e gerir os sistemas de informação e documentação em bibliotecas, de modo a que através deles se possam satisfazer as necessidades dos agentes sociais envolvidos;
- 2) Definir e aplicar políticas de aquisição, avaliação, organização, descrição, armazenamento, preservação, recuperação e comunicação de informação, ajustadas a cada contexto social e sistema de informação e documentação específico;
- 3) Ser capaz de conceber soluções originais para bibliotecas no contexto do funcionamento dos sistemas de informação e documentação.

B. A área de especialização em Arquivística tem como objetivo a aquisição pelos alunos dos seguintes conhecimentos e competências:

- 1) Planear, estruturar e gerir os sistemas de informação e documentação em arquivos, de modo a que através deles se possam satisfazer as necessidades dos agentes sociais envolvidos;
- 2) Definir e aplicar políticas de aquisição, avaliação, organização, descrição, armazenamento, preservação, recuperação e comunicação de informação, ajustadas a cada contexto social e sistema de informação e documentação específico;

3) Ser capaz de conceber soluções originais em arquivos no contexto do funcionamento dos sistemas de informação e documentação.

Artigo 3.º

Área científica

O mestrado em Ciências da Informação e da Documentação está inserido na área científica de Ciências da Informação e da Documentação.

Artigo 4.º

Duração do curso

O curso está organizado numa duração de 4 semestres.

Artigo 5.º

Regras sobre a admissão no ciclo de estudos

1) Serão admitidos à candidatura no mestrado em Ciências da Informação e da Documentação:

a) Os candidatos detentores de um certificado de conclusão de licenciatura obtido em Estabelecimento de Ensino Superior de países subscritores da Declaração de Bolonha e de outros considerados afins, tendo em atenção a respetiva estrutura curricular.

b) Titulares de um grau académico superior estrangeiro que seja reconhecido como satisfazendo os objetivos do grau de licenciado pelo órgão científico estatutariamente competente da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

c) Detentores de um currículo escolar, científico ou profissional, que seja reconhecido como atestando capacidade para realização deste ciclo de estudos pelo órgão científico estatutariamente competente da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

2) A candidatura será efetuada através do preenchimento de boletim apropriado, disponibilizado em formato papel na Divisão Académica ou disponível no sítio Web da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas em <http://www.fesh.unl.pt>, a que juntarão certificado de habilitações, cópia do suplemento ao diploma e *Curriculum Vitae* detalhado. Os documentos de candidatura devem ser entregues na Divisão Académica/Núcleo de Mestrados da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas nos prazos para tal estabelecidos.

3) Os candidatos que reúnam as condições de natureza académica e curricular expressas no n.º 1 do presente artigo serão selecionados e seriados tendo em atenção os seguintes critérios:

- a) Classificação de licenciatura;
- b) Currículo académico e científico;
- c) Currículo profissional;
- d) Eventual entrevista;
- e) Eventual realização de uma prova de conhecimentos de Tecnologias de Informação e Comunicação.

4) O número de vagas e prazos de candidatura ao mestrado serão fixados anualmente por despacho do Reitor da Universidade Nova de Lisboa sob proposta do Conselho Científico da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

Artigo 6.º

Condições e início de funcionamento

1) A Faculdade de Ciências Sociais e Humanas assegura as condições necessárias e suficientes para o funcionamento do ciclo de estudos conducente ao grau de mestre em Ciências da Informação e da Documentação, nomeadamente:

- a) Um projeto educativo, científico e cultural próprio, adequado aos objetivos fixados neste ciclo de estudos;
- b) Um corpo docente próprio, adequado em número e constituído, na sua maioria, por titulares do grau de doutor ou especialistas de reconhecida experiência e competência profissional nas áreas científicas integrantes deste ciclo de estudos;
- c) Desenvolvimento de atividade reconhecida de formação e investigação ou de desenvolvimento de natureza profissional de alto nível, nas áreas científicas integrantes deste ciclo de estudos;
- d) Os recursos humanos e materiais indispensáveis para garantir o nível e a qualidade da formação, designadamente espaços letivos, equipamentos, bibliotecas e laboratórios adequados.

2) O mestrado em Ciências da Informação e da Documentação entra em funcionamento no ano letivo de 2007-2008.

Artigo 7.º

Estrutura curricular, plano de estudos e créditos

1) O curso está organizado segundo o sistema europeu de acumulação e transferência de créditos.

2) O número total de créditos necessário à obtenção do grau de mestre é de 93 créditos e ao diploma de pós-graduação é de 60 créditos. A dissertação, ou ao trabalho de projeto ou ao estágio com relatório correspondem 33 créditos.

3) As áreas científicas e créditos que devem ser reunidos para a obtenção do grau ou diploma são os que constam dos quadros 1 e 2:

QUADRO N.º 1

Ciências da Informação e da Documentação

Área de especialização em Biblioteconomia

Área científica	Sigla	Créditos	
		Obrigatórios	Optativos
Comunicação e Ciências Sociais. . .	HICCS	6	
Informática	HIINF	10	12
Ciências da Informação e da Documentação.	HICID	25	
História de Portugal	HIHP		4
Metodologia da História	HIMET	3	
Comunicação Estratégica.	HICE		
<i>Total</i>		56	(¹) 37

QUADRO N.º 2

Ciências da Informação e da Documentação

Área de especialização em Arquivística

Área científica	Sigla	Créditos	
		Obrigatórios	Optativos
Comunicação e Ciências Sociais. . .	HICCS	6	
Informática	HIINF	10	12
Ciências da Informação e da Documentação.	HICID	25	
História de Portugal	HIHP		4
Metodologia da História	HIMET	3	
Comunicação Estratégica.	HICE		
<i>Total</i>		56	(¹) 37

(¹) Número de créditos das áreas científicas optativas, necessários para a obtenção do grau ou diploma.

Observações:

O plano curricular do curso de Ciências da Informação e da Documentação está ajustado a uma frequência a tempo parcial.

O aluno deve optar por uma das seguintes áreas de especialização, consoante a oferta disponível em cada edição de mestrado:

Biblioteconomia;
Arquivística.

O aluno realiza 15 créditos no 1.º Semestre, 15 créditos no 2.º Semestre, 30 créditos no 3.º semestre, dos quais 4 são realizados em unidades curriculares opcionais oferecidas pelo curso, e 33 créditos no 4.º Semestre.

Para realizar a componente não letiva conducente ao grau de mestre (4.º semestre), o aluno deve optar por uma das seguintes modalidades:

Dissertação (33 créditos);
Estágio com Relatório (33 créditos);
Trabalho de Projeto (33 créditos).

Plano de estudos:

Universidade Nova de Lisboa — Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Curso de Ciências da Informação e da Documentação

Grau de Mestre

Área científica predominante do curso: Ciências da Informação e da Documentação

Área de Especialização de Biblioteconomia

1.º semestre

QUADRO N.º 3

Unidades curriculares (1)	Área científica (2)	Tipo (3)	Tempo de Trabalho (horas)		Créditos (6)	Observações (7)
			Total (4)	Contacto (5)		
Obrigatórias						
Teoria e Metodologia das Ciências da Informação e da Documentação	HICID	S	140	T: 55; O: 5	5	—
Informação e Sociedade.....	HICCS	S	168	T: 66; O: 5	6	—
Tecnologias da Informação e da Comunicação	HIINF	S	112	TP: 44; O: 5	4	—

2.º semestre

QUADRO N.º 4

Unidades curriculares (1)	Área científica (2)	Tipo (3)	Tempo de Trabalho (horas)		Créditos (6)	Observações (7)
			Total (4)	Contacto (5)		
Obrigatórias						
Gestão de Sistemas de Biblioteca	HICID	S	84	T: 33; O: 5	3	—
Gestão e Organização do Conhecimento em Bibliotecas . . .	HICID	S	140	T: 55; O: 5	5	—
Descrição e Comunicação da Informação Biblioteconómica I	HICID	S	140	T: 55; O: 5	5	—
Tecnologias Aplicadas à Gestão da Informação Biblioteconómica	HIINF	S	56	TP: 22; O: 5	2	—

3.º semestre

QUADRO N.º 5

Unidades curriculares (1)	Área científica (2)	Tipo (3)	Tempo de Trabalho (horas)		Créditos (6)	Observações (7)
			Total (4)	Contacto (5)		
Obrigatórias						
Preservação e Conservação da Informação e da Documentação	HICID	S	56	T: 22; O: 5	2	—
Sistemas de Informação Organizacionais	HICID	S	84	T: 33; O: 5	3	—
Descrição e Comunicação da Informação Biblioteconómica II	HICID	S	56	T: 22; O: 5	2	—
Bibliotecas Digitais	HIINF	S	112	TP: 44; O: 5	4	—
Prática Profissional	HIINF/HICID	S	336	E: 150; OT: 22	12	—
Teoria e Metodologia do Trabalho Científico	HIMET	S	84	T: 33; O: 5	3	—
Opções Condicionadas (a)						
Paleografia e Diplomática	HIMET	S	56	TP: 22; O: 5	2	Opcional.
História das Instituições	HIHP	S	56	T: 22; O: 5	2	Opcional.
Bibliotecas Públicas	HICID	S	56	T: 22; O: 5	2	Opcional.
Arquivos Fotográficos	HICID	S	56	T: 22; O: 5	2	Opcional.
Descrição Avançada da Informação Arquivística	HICID	S	56	T: 22; O: 5	2	Opcional.
Avaliação de Desempenho em Bibliotecas e Arquivos	HICID	S	56	TP: 22; O: 5	2	Opcional.

(a) Os alunos escolhem duas destas unidades curriculares.

4.º semestre

QUADRO N.º 6

Unidades curriculares (1)	Área científica (2)	Tipo (3)	Tempo de Trabalho (horas)		Créditos (6)	Observações (7)
			Total (4)	Contacto (5)		
Opções Condicionadas (b)						
Dissertação	HICID	S	924	OT: 28	33	Opcional.
Estágio com Relatório	HICID	S	924	E: 120; OT: 28	33	Opcional.
Trabalho de Projeto	HICID	S	924	OT: 28	33	Opcional.

(b) Para realizar a componente não letiva conducente ao grau de mestre, o aluno deve optar por uma destas modalidades.

Área de Especialização de Arquivística

1.º semestre

QUADRO N.º 7

Unidades curriculares (1)	Área científica (2)	Tipo (3)	Tempo de Trabalho (horas)		Créditos (6)	Observações (7)
			Total (4)	Contacto (5)		
Obrigatórias						
Teoria e Metodologia das Ciências da Informação e da Documentação	HICID	S	140	T: 55; O: 5	5	—
Informação e Sociedade	HICCS	S	168	T: 66; O: 5	6	—
Tecnologias da Informação e da Comunicação	HIINF	S	112	TP: 44; O: 5	4	—

2.º semestre

QUADRO N.º 8

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de Trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Obrigatórias						
Gestão de Sistemas de Arquivo	HICID	S	84	T: 33; O: 5	3	—
Aquisição e Organização da Informação Arquivística.	HICID	S	168	T: 66; O: 5	6	—
Descrição e Comunicação da Informação Arquivística I.	HICID	S	112	T: 44; O: 5	4	—
Tecnologias Aplicadas à Gestão da Informação Arquivística	HIINF	S	56	TP: 22; O: 5	2	—

3.º semestre

QUADRO N.º 9

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de Trabalho (horas)		Créditos	Observações
			Total	Contacto		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Obrigatórias						
Preservação e Conservação da Informação e da Documentação	HICID	S	56	T: 22; O: 5	2	—
Sistemas de Informação Organizacionais	HICID	S	84	T: 33; O: 5	3	—
Descrição e Comunicação da Informação Arquivística II	HICID	S	56	T: 22; O: 5	2	—
Arquivos Eletrónicos	HIINF	S	112	TP: 44; O: 5	4	—
Prática Profissional	HIINF/HICID	S	336	E: 150; OT: 22	12	—
Teoria e Metodologia do Trabalho Científico	HIMET	S	84	T: 33; O: 5	3	—
Opções Condicionadas (a)						
Paleografia e Diplomática	HIMET	S	56	TP: 22; O: 5	2	Opcional.
História das Instituições	HIHP	S	56	T: 22; O: 5	2	Opcional.
Bibliotecas Públicas	HICID	S	56	T: 22; O: 5	2	Opcional.
Arquivos Fotográficos	HICID	S	56	T: 22; O: 5	2	Opcional.

Unidades curriculares (1)	Área científica (2)	Tipo (3)	Tempo de Trabalho (horas)		Créditos (6)	Observações (7)
			Total (4)	Contacto (5)		
Descrição Avançada da Informação Arquivística	HICID	S	56	T: 22; O: 5	2	Opcional.
Avaliação de Desempenho em Bibliotecas e Arquivos	HICID	S	56	TP: 22; O: 5	2	Opcional.

(a) Os alunos escolhem duas destas unidades curriculares.

4.º semestre

QUADRO N.º 10

Unidades curriculares (1)	Área científica (2)	Tipo (3)	Tempo de Trabalho (horas)		Créditos (6)	Observações (7)
			Total (4)	Contacto (5)		
Opções Condicionadas (b)						
Dissertação.....	HICID	S	924	OT: 28	33	Opcional.
Estágio com Relatório	HICID	S	924	E: 120; OT: 28	33	Opcional.
Trabalho de projeto	HICID	S	924	OT: 28	33	Opcional.

(b) Para realizar a componente não letiva conducente ao grau de mestre, o aluno deve optar por uma destas modalidades.

Notas

- (1) Designação.
- (2) Sigla constante do ponto 9.
- (3) Anual, semestral, trimestral ou outra (que se caracterizará).
- (4) Número total de horas de trabalho do estudante.
- (5) T: Ensino teórico; TP: Ensino teórico-prático; PL: Ensino prático e laboratorial; TC: Trabalho de campo; S: Seminário; E: Estágio; OT: Orientação tutorial; O: Outra.
- (6) Número de créditos ECTS atribuídos à unidade curricular.
- (7) Assinalar sempre que a unidade curricular for optativa.

Artigo 8.º

Concretização da dissertação, do trabalho de projeto ou do estágio com relatório

- 1) Concluída a componente curricular do mestrado, os alunos elaboram uma dissertação, um trabalho de projeto ou um estágio com relatório correspondente a um total de 33 unidades de crédito.
- 2) As modalidades e os requisitos de elaboração de uma dissertação, de um trabalho de projeto ou de um estágio com relatório são os definidos pelo regulamento interno da componente não letiva, fixado pelo Conselho Científico da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

Artigo 9.º

Regimes de precedências e de avaliação de conhecimentos

- 1) Para a frequência das unidades curriculares do mestrado não são exigidas precedências obrigatórias. Todavia, os alunos podem ser aconselhados, pelos docentes de cada unidade curricular, relativamente aos conhecimentos prévios tidos por convenientes para as realizarem com sucesso.
- 2) A avaliação de conhecimentos relativos componente curricular do mestrado tem caráter individual e realizar-se-á ao longo dos semestres letivos. Serão considerados, na avaliação de conhecimentos, provas finais escritas e ou orais, trabalhos ou outros elementos de avaliação levados a efeito pelos alunos no âmbito das diferentes unidades curriculares em condições a definir pelos respetivos docentes. O resultado da avaliação será expresso na escala numérica de 0 a 20 valores.
- 3) Considera-se aprovado numa unidade curricular o aluno que obtenha a classificação final igual ou superior a 10 valores.
- 4) A obtenção dos 60 créditos da componente curricular do mestrado precede obrigatoriamente a inscrição para a realização da dissertação, do trabalho de projeto ou do estágio com relatório.

Artigo 10.º

Regime de prescrição do direito à inscrição

- 1) O regime de prescrições, seguindo o disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 5.º da Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, rege-se pela seguinte tabela, que estabelece o número máximo de inscrições que podem ser efetuadas pelo aluno em função do número de créditos já obtido no curso.

Mínimo de créditos ECTS obtidos para se poder inscrever	Inscrição número	Tipo de inscrição
9	2.ª	Semestral.
18	3.ª	Semestral.
48	4.ª	Semestral.
60	5.ª	Semestral.

- 2) Adequando o disposto no artigo 5.º, n.º 4, da Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, no caso de o aluno beneficiar do estatuto de trabalhador-estudante, para efeito da aplicação da tabela supra, apenas é contabilizado 0,5 por cada semestre que tenha efetuado nessas condições.

Artigo 11.º

Processo de nomeação do(s) orientador(es), condições em que é admitida a coorientação e regras a observar na orientação

- 1) A elaboração da dissertação, do trabalho de projeto ou do estágio com relatório será orientada por Doutor ou por especialista de mérito reconhecido como tal pelo Conselho Científico da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- 2) A orientação pode ser assegurada em regime de coorientação, quer por orientadores nacionais, quer por nacionais e estrangeiros, sendo sempre um deles afeto aos Departamentos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- 3) A proposta de nomeação do(s) orientador(es) deverá ser acompanhada por uma informação conjunta do mestrando e do orientador proposto sobre o tema da dissertação, do trabalho de projeto ou do estágio com relatório, com uma breve descrição do trabalho a realizar. A entrega desta proposta no Conselho Científico deverá ser efetuada até ao final do semestre em que o aluno concluir a componente curricular do curso.
- 4) A nomeação do(s) orientador(es) é feita pelo Conselho Científico da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas no prazo de dez dias úteis após a entrega da proposta.

Artigo 12.º

Regras sobre a apresentação e entrega da dissertação, do trabalho de projeto ou do estágio com relatório e sua apreciação

- 1) A dissertação, o trabalho projeto ou o estágio com relatório deve ser entregue até ao último dia do último semestre previsto para a conclusão do curso, tido em consideração o disposto no artigo 10.º
- 2) O candidato deve entregar na Divisão Académica/Núcleo de Mestrados da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas o pedido de realização de provas, em impresso próprio, acompanhado de 6 exemplares em papel e 2 versões em suporte digital da dissertação, ou do trabalho de projeto ou do estágio com relatório.

3) Nos 30 dias subsequentes à data do despacho de nomeação do júri, este profere um despacho liminar no qual declara que aceita a dissertação, o trabalho projeto ou o estágio com relatório ou, em alternativa, se recomenda ao candidato a sua reformulação, com indicações precisas para a(o) mesma(o).

a) Verificada a situação a que se refere a parte final do número anterior, o candidato disporá de um prazo máximo de 60 dias durante o qual pode proceder à reformulação da dissertação, do trabalho projeto ou do estágio com relatório ou declarar que a(o) mantém tal como a apresentou.

b) Recebida a dissertação, o trabalho de projeto ou o estágio com relatório reformulada(o), ou feita a declaração referida na alínea anterior, procede-se à marcação da prova de discussão.

c) Considera-se ter havido desistência do candidato se, esgotado o prazo referido na alínea a), este não apresentar uma dissertação, um trabalho projeto ou um estágio com relatório, nem declarar que prescinde da respetiva reformulação.

Artigo 13.º

Prazos máximos para a realização do ato público de defesa da dissertação, do trabalho de projeto ou do estágio com relatório

1) O júri de apreciação da dissertação, do trabalho projeto ou do estágio com relatório deverá ser nomeado no prazo máximo de 30 dias úteis após a respetiva entrega.

2) As provas devem ter lugar no prazo de 45 dias a contar:

a) Do despacho de aceitação da dissertação, do trabalho projeto ou do estágio com relatório;

b) Da data da entrega da dissertação, do trabalho projeto ou do estágio com relatório reformulada(o), ou da declaração pelo candidato de que prescinde da reformulação.

Artigo 14.º

Regras sobre a composição, nomeação e funcionamento do júri

1) A dissertação, o trabalho projeto ou o estágio com relatório será objeto de apreciação e discussão pública por júri designado pelo Reitor da Universidade Nova de Lisboa, sob proposta do Conselho Científico da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, nos termos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, e da alínea g) do n.º 1 do artigo 10.º dos Estatutos da UNL.

2) O júri deve integrar entre 3 a 5 membros incluindo-se entre eles:

a) O orientador ou os orientadores.

b) No mínimo, um elemento exterior à Universidade Nova de Lisboa.

3) O despacho de nomeação de júri deve ser comunicado ao candidato por escrito no prazo de cinco dias após a sua nomeação.

4) Para apreciação da dissertação, do trabalho de projeto ou do estágio com relatório, o júri será presidido pelo membro mais antigo da categoria mais elevada pertencente à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

5) O júri distribuirá o trabalho da arguição da prova.

6) Após a discussão da dissertação, do trabalho projeto ou do estágio com relatório em prova pública, o júri reúne para apreciação e classificação da prova, sendo que:

a) A classificação final da dissertação, do trabalho projeto ou do estágio com relatório é expressa pelas fórmulas de Aprovado ou Recusado por votação nominal justificada não sendo permitidas abstenções.

b) No caso de a dissertação, o trabalho projeto ou o estágio com relatório ter merecido aprovação, a sua classificação é a que resultar da média aritmética das classificações atribuídas por cada membro do júri na escala numérica de 10 a 20 valores.

Artigo 15.º

Regras sobre a prova de defesa da dissertação, do trabalho projeto ou do estágio com relatório

1) Na prova de defesa da dissertação, do trabalho projeto ou do estágio com relatório, que terá a duração máxima de 90 minutos, o candidato pode fazer uma apresentação com máxima duração de quinze minutos, seguindo-se a discussão em que podem ser intervenientes todos os membros do júri.

2) Na discussão da dissertação, do trabalho projeto ou do estágio com relatório, deverá ser proporcionado ao candidato tempo de intervenção idêntico ao utilizado pelos membros do júri.

Artigo 16.º

Processo de atribuição da classificação final

1) Ao diploma de pós-graduação é atribuída uma classificação final no intervalo de 10-20 de escala numérica inteira de 0 a 20, bem como o seu equivalente na escala europeia de comparabilidade de classificações.

2) A classificação final do diploma de pós-graduação é a média, por crédito, das classificações obtidas nas unidades curriculares em que o aluno realizou os 60 créditos da componente curricular do mestrado.

3) Ao grau de mestre é atribuída a classificação final no intervalo de 10-20 de escala numérica inteira de 0 a 20, bem como o seu equivalente na escala europeia de comparabilidade de classificações.

4) A classificação final do grau de mestre será a média da classificação final da componente curricular do curso nos termos da alínea 2) deste mesmo artigo com o peso de 40 % e da classificação atribuída à dissertação, ao trabalho projeto ou ao estágio com relatório nos termos do artigo 14.º, alínea 6, com o peso de 60 %.

Artigo 17.º

Elementos que constam obrigatoriamente dos diplomas e cartas de curso

Dos diplomas e cartas de curso constarão os seguintes elementos:

1) Diplomas — identificação do titular do grau, n.º do documento de identificação, unidade orgânica, grau, data de conclusão do curso, designação do curso e respetiva área de especialização, no caso de ela existir, número total de ECTS, classificação final e qualificação.

2) Cartas de curso — identificação do Reitor da Universidade Nova de Lisboa, identificação do titular do grau, n.º do documento de identificação do titular do grau, unidade orgânica, grau, data de conclusão do curso, designação do curso, área de especialização, no caso de ela existir, classificação final e qualificação.

Artigo 18.º

Prazos de emissão do diploma, da carta de curso e do suplemento ao diploma

1) A emissão do diploma e do suplemento ao diploma será feita no prazo de 30 dias após a sua requisição.

2) A emissão da carta de curso será efetuada no prazo de 90 dias após requisição que poderá ser feita a partir do prazo de uma semana após a conclusão do mestrado.

Artigo 19.º

Processo de acompanhamento pelos órgãos pedagógico e científico

O processo de acompanhamento do mestrado em Ciências da Informação e da Documentação é da responsabilidade do Conselho Científico e do Conselho Pedagógico da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, podendo ser ouvido o Conselho Consultivo, conforme previsto nos artigos 18.º e 20.º dos Estatutos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, disponibilizados no seu sítio *Web* em <http://www.fcsh.unl.pt>.

Artigo 20.º

Numerus clausus

1) A matrícula e inscrição no curso de mestrado em Ciências da Informação e da Documentação estão sujeitas a limitações quantitativas, a fixar anualmente por despacho do Reitor da Universidade Nova de Lisboa, sob proposta do Conselho Científico da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

2) O despacho a que se refere o n.º 1 deverá ser publicado no *Diário da República*, 2.ª série, antes do início do prazo de candidatura.

Artigo 21.º

Calendário escolar

O calendário escolar é aprovado pelo Diretor, ouvido o Conselho Pedagógico e disponibilizado no sítio *Web* da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas em <http://www.fcsh.unl.pt>.

Artigo 22.º

Propinas

O montante das propinas e respetivo regime de pagamento será fixado, anualmente, pelo Conselho Geral da Universidade Nova de Lisboa, nos termos do artigo 6.º dos Estatutos da Universidade Nova de Lisboa.

Artigo 23.º

Financiamento

O mestrado em Ciências da Informação e da Documentação é financiado através das respetivas propinas e de outras verbas que lhe forem alocadas pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas provenientes do Orçamento de Estado. Constituem ainda receitas de mestrado os

valores arrecadados provenientes de comparticipações ou donativos de instituições públicas e privadas destinadas ao seu financiamento.

Artigo 24.º

Disposições transitórias

Os alunos anteriormente inscritos transitam para o plano de estudos presentemente publicado de acordo com o disposto no plano de transição aprovado por despacho do Diretor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

Artigo 25.º

Casos omissos

Os casos omissos no presente Regulamento serão resolvidos pelo Conselho Científico da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Artigo 26.º

Entrada em vigor

O atual plano de estudos entra em vigor no ano letivo 2012-2013 e revoga o plano de estudos do ciclo de estudos de mestrado em Ciências da Informação e da Documentação, publicado pelo despacho n.º 10601/2009, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 79, de 23 de abril, e alterado pelo despacho n.º 12981/2010, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 155, de 11 de agosto.

206337857

SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Despacho (extrato) n.º 11622/2012

Em conformidade com o estipulado na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público para os devidos efeitos que por acordo entre a Administradora dos Serviços de Ação Social da UNL, o Diretor da Faculdade de Ciências Médicas da UNL e a técnica superior Clara de Almeida Farracho se procedeu à consolidação definitiva da mobilidade interna da referida técnica superior no mapa de

peçoal dos SASNOVA, nos termos do artigo 64.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na redação dada pelo artigo 35.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, com efeitos a 1 de julho de 2012.

22 de agosto de 2012. — A Diretora Administrativa e Financeira dos SASNOVA, *Maria Paula Machado*.

206338301

INSTITUTO POLITÉCNICO DO CÁVADO E DO AVE

Declaração de retificação n.º 1087/2012

Por ter sido publicado com inexatidão o aviso n.º 11055/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 159, de 17 de agosto de 2012, respeitante à abertura de procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho na categoria/carreira de assistente técnico, na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, retifica-se que onde se lê «5 — Remuneração: a remuneração é fixada nos termos do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março e está sujeita à limitações previstas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro» deve ler-se «Nos termos do artigo 26.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, e do n.º 1 do artigo 20.º e do artigo 50.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, a entidade empregadora não pode propor uma posição remuneratória superior à auferida relativamente aos trabalhadores detentores de uma prévia relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado ou uma posição remuneratória superior à segunda no caso de trabalhadores que não sejam detentores de uma prévia relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, o que neste caso corresponde ao vencimento de € 683,13, nem proceder a contratações, se as mesmas implicarem um aumento do valor total das remunerações dos trabalhadores em relação ao valor referente a 31 de dezembro de 2011, ajustado pela redução decorrente da suspensão dos subsídios de férias e de Natal.

A posição remuneratória de referência é a 1.ª, a que corresponde o nível remuneratório 5 da carreira de assistente técnico, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho, e pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro.»

20 de agosto de 2012. — A Administradora, *Maria do Rosário Silva Fernandes*.

206337679



PARTE F

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Secretaria Regional da Educação e Recursos Humanos

Direção Regional dos Recursos Humanos e da Administração Educativa

Aviso n.º 16/2012/M

Listas ordenadas definitivas e de colocação dos candidatos opositores ao concurso de afetação aos quadros de zona pedagógica do pessoal docente da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário e do pessoal docente especializado em educação e ensino especial da Região Autónoma da Madeira para o ano escolar 2012/2013.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 44.º do Decreto Legislativo Regional n.º 14/2009/M, de 8 de junho, informam-se todos os interessados de que, a partir da data da publicação do presente aviso, se encontram disponíveis, para consulta, as listas ordenadas definitivas e de colocação dos candidatos opositores ao concurso mencionado em epígrafe, na página da Internet da Direção Regional dos Recursos Hu-

manos e da Administração Educativa, no seguinte endereço eletrónico: www.madeira-edu.pt/drrhae

17 de agosto de 2012. — O Diretor Regional, *Jorge Manuel da Silva Morgado*.

206337508

Aviso n.º 17/2012/M

Concurso de contratação para seleção e recrutamento do pessoal docente da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário e do pessoal docente especializado em educação e ensino especial da Região Autónoma da Madeira para o ano escolar 2012/2013.

Dando cumprimento ao estipulado nos artigos 18.º e 48.º do Decreto Legislativo Regional n.º 14/2009/M, de 8 de junho, informam-se todos os interessados de que, a partir da data da publicação do presente aviso, se encontram, para consulta, as listas provisórias de candidatos admitidos e de candidatos excluídos ao concurso mencionado em epígrafe, no seguinte endereço eletrónico: www.madeira-edu.pt/drrhae

7 de agosto de 2012. — O Diretor Regional, *Jorge Manuel da Silva Morgado*.

206337476